

A CHINA NA OBRA DE D. JERÓNIMO OSÓRIO

JOÃO MANUEL NUNES TORRÃO

As relações comerciais entre os portugueses e a China datam, indirectamente, da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia, pois entre os objectos apresentados no regresso aos reis de Portugal figuravam "porcelanas que se compraram em Calecutte"⁽¹⁾, segundo as palavras de Gaspar Correia.

Estes contactos começam a ganhar, paulatinamente, maior intensidade e chegam a assumir a forma de cooperação militar, quando em 1511 Afonso de Albuquerque beneficia de importante auxílio dos chineses para a tomada de Malaca⁽²⁾. No ano seguinte, o mesmo Afonso de Albuquerque envia um nativo chinês a Portugal.

Finalmente, corria o ano de 1513, quando um português, em missão oficial, chega pela primeira vez à China e aí deixa um padrão do rei D. Manuel. O seu nome é Jorge Álvares, mas o esquecimento dos homens atribuiu, durante muito tempo, esta glória a Rafael Perestrelo que chegou a Cantão apenas em 1515⁽³⁾; este esquecimento a que o nome de Jorge Álvares foi votado é tanto mais de estranhar quanto João de Barros lhe promete uma glória imorredora por este feito:

E pero que aquella região de idolatria coma seu corpo, pois por honra de sua pátria em os fins da terra poz aquella padrão de seus descobrimentos, não comerá a memoria de sua sepultura, emquanto esta nossa escritura durar....⁽⁴⁾

A partir desta altura, os contactos vão prosseguir a um ritmo progressivo até ao momento em que os Chineses os interrompem e se negam firmemente a continuá-

(1) Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. I, p. 141.

(2) Damião de Góis, *Crónica do felicissimo rei D. Manuel*, Parte III, cap. XVII.

(3) Foi Luís Keil, em um trabalho publicado, pela primeira vez, em 1933, quem veio recordar, de forma definitiva, a primazia deste esforçado português na chegada à China. Vide Luís Keil, *Jorge Álvares, o primeiro português que foi à China (1513)*, Macau, 1990.

(4) João de Barros, *Da Ásia*, Déc. 3, 6, 2.

-los como consequência da acção desastrosa do português Simão de Andrade. A actuação deste impetuoso capitão português veio anular o esforço despendido em contactos anteriores, nomeadamente através da famosa embaixada de Tomé Pires, que, nesta altura, aguardava autorização, com paciência chinesa – poderíamos dizer com toda a propriedade – para apresentar as suas credenciais; as acções de Simão de Andrade tiveram também como consequência um enorme rol de desgraças que os portugueses foram sofrendo na China ao longo de cerca de trinta anos.

Estes contactos que os portugueses conseguem estabelecer com a nação chinesa são prontamente comunicados para Portugal e a corte, quer no tempo de D. Manuel, quer no de D. João III, recebe com a brevidade possível naquela época, informações precisas sobre o que, então, se conhecia da China, do povo chinês e dos seus costumes.

Contudo, por estranho que pareça, vai ser preciso esperar até Junho de 1549 para que as primeiras informações sobre a China, destinadas a um público mais vasto – e não apenas ao círculo restrito que rodeava a corte portuguesa – venham a público, de maneira um pouco mais alargada, pela pena de Jerónimo Osório na edição *princeps* do seu tratado *De gloria* ⁽⁵⁾.

Toda esta demora tem certamente a ver com o conflito expansionista que então opunha Portugal e Castela e que obrigava a manter a maior parte das informações sobre os territórios "descobertos" como que em segredo de estado.

Após a publicação da obra de Osório, outros autores irão incluir nas suas obras referências à China, nomeadamente, os historiadores. O primeiro é Castanheda em *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, capítulo XXVII do livro IV, publicado em 1553⁽⁶⁾; surge depois João de Barros com a sua *Da Ásia*, Década III, livro II, capítulo VII e esta parte da sua obra só foi publicada em 1563⁽⁷⁾; segue-se Damião de Góis com a IV parte da sua *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, publicada em 1567 e aí, no capítulo XXV, informa os seus leitores sobre os costumes chineses⁽⁸⁾ e novamente Osório em 1571⁽⁹⁾.

(5) Hieronymi Osorii, *De gloria libri V* [Conimbricæ; M D XLIX].

(6) O primeiro volume desta obra saiu, como se sabe, em 1551.

(7) O primeiro volume é de 1552.

(8) Damião de Góis iniciou a publicação da sua obra em 1566.

(9) *De rebus Emmanuelis gestis*. Esta obra de Osório, publicada, ao que tudo indica, a pedido do cardeal D. Henrique, teve várias edições na sua versão latina e em traduções. O texto que vamos seguir é o adoptado pela edição dos *Opera Omnia*, publicada em Roma, pelo sobrinho, em 1592. Salvo indicação em contrário, as citações remetem para as obras acima indicadas.

Frei Gaspar da Cruz, que visitou a China, publica também a sua visão deste país em 1569⁽¹⁰⁾, para já não falarmos de Fernão Mendes Pinto uma vez que a Peregrinação só vem a ser publicada em 1614.

Fica propositadamente para o fim desta lista de autores o nome de Tomé Pires e da sua *Suma Oriental*, por um lado porque esta obra foi escrita muito tempo antes de todas as outras – entre 1512 e 1515, pouco tempo antes, aliás, da partida do autor para a sua fatídica embaixada a terras chinesas; e, por outro lado, porque só em 1944 é que, pelas mãos de Armando Cortesão, esta obra foi impressa pela primeira vez, na totalidade e na sua versão original⁽¹¹⁾.

Começemos a nossa abordagem pelas obras historiográficas. Todas elas se referem várias vezes à China e a alguns dos seus habitantes, nomeadamente aos que mantinham contactos com outros povos deslocando-se nos seus juncos. É também traço comum a estas obras a referência aos vários contactos que os portugueses foram estabelecendo com a nação chinesa por ordem directa do rei de Portugal ou do governador da Índia e até por iniciativas individuais. Mas, para além destas informações, todas as obras incluem também uma descrição da China e dos costumes dos seus habitantes⁽¹²⁾.

Esta descrição, embora seja diferente de autor para autor, apresenta alguns pontos de contacto que convém assinalar. Assim, só Damião de Góis se não refere à geografia da China mas, em contrapartida, João de Barros chega mesmo a uma pe-

(10) As informações de Frei Gaspar de Cruz são, naturalmente, as que maior desenvolvimento apresentam. O seu ponto de vista, porém, está um pouco afastado dos objectivos que os outros historiadores procuraram alcançar e daí um certo distanciamento entre os tópicos focados por um e por outros.

(11) Tomé Pires poucas informações fornece, nesta altura, sobre a China. Quase se limita a apontar algumas características do povo chinês, no que se refere, nomeadamente, ao vestuário, e a fornecer alguns tópicos da sua organização político-administrativa. Curioso é o facto de, na opinião de Armando Cortesão, ser de sua autoria "a mais antiga descrição europeia, conhecida, dos pauzinhos com que os chineses comem". in *A suma oriental de Tomé Pires e o livro de Francisco Rodrigues*. Leitura e notas de Armando Cortesão. Coimbra, 1978, p. 253, n.1.

(12) Em Osório, essa descrição surge com várias notas marginais e a primeira apresenta a seguinte redacção: *Sinarum regionis gentique descriptio*; Castanheda apresenta o capítulo com este título: *De como Fernão dandrade tornou a partir pera a China, & da discrição da China & de seus costumes*; Barros, por seu lado, intitula deste modo o capítulo que dedica a este assunto: *Em que se descreve a terra da China e relata algumas cousas que ha nella, e principalmente da Cidade Cantam, que Fernão Peres hia descobrir*; finalmente, Góis inclui no capítulo paralelo aos anteriores aspectos da embaixada de Tomé Pires: *Dos costumes dos chins, religiam & ferielidade da terra, & do que Thome pirez pasou na embaixada com que foi a elRei da China*.

quena descrição da geografia política. Ainda em ligação com este aspecto aparece uma referência à famosa muralha da China⁽¹³⁾ pela pena de dois autores. João de Barros refere-a de modo claro sem esconder a sua admiração

Sómente diremos aqui huma maravilhosa cousa, que tem esta região da China na travessa da sua largura, que he a longura ao respeito de como contamos a gradação da terra: que entre quarenta e três, e quarenta e cinco grãos vai lançado hum muro, que corre de Ponente de huma Cidade per nome Ochióy, que está situada entre duas altíssimas serras, quasi como passo, e porta daquella região, e vai correndo pera o Oriente, té fechar em outra grande serrania, que está bebendo em aquelle mar Oriental em modo de cabo, cujo comprimento parece ser mais de duzentas léguas.

Depois refere que esta muralha não aparece representada num livro de cosmografia que tinha em sua posse há algum tempo, mas, em contrapartida, surge já numa carta chinesa que ele próprio, recentemente, tinha mandado adquirir na China:

Este muro vem lançado em huma carta de Geografia de toda aquella terra, feita pelos mesmos Chijs, onde vem situados todolos Montes, Rios, Cidades, Villas, com seus nomes escritos na letra delles, a qual mandámos vir de lá com hum Chij pera a interpretação della, e de alguns livros seus, que tambem houvermos. E ante desta carta tinhamos havido hum livro de Cosmografia de pequeno volume com Taboas da situação da terra, e Commentario sobre ellas à maneira de Itinerario; e ainda que nelle não vinha este muro figurado, tinhamos informação delle.⁽¹⁴⁾

e, um pouco adiante, acrescenta:

... mas agora que per elles o vimos pintado, fez-nos grande admiração.

O outro autor a que aludimos é Jerónimo Osório que lhe faz uma referência sem, contudo, ser muito explícito

Valles atque camporum planities interiectas, Sinae muris latissimis ita muniunt ut Scytharum impetum a se facile propulsent.⁽¹⁵⁾

(13) Recorde-se que também Fernão Mendes Pinto no capítulo XCV da *Peregrinação*; a que deu o título de *Qual foi o rey da China que fez o muro que divide os dous impérios da China e da Tartária e da prisão aneixa a elles*, se refere com algum pormenor a esta muralha e aponta mesmo alguns pormenores da sua construção. Isto para já não falar dos versos camonianos, que se tomaram famosos pela hendíadis:

*Olha o muro e o edificio nunca crido
que entre hum imperio e outro se edifica.* (Lus. 10. 130, 1-2)

(14) Este texto tem ainda uma outra particularidade, para o qual nos alertou o nosso colega Dr. José Alfredo Pinheiro Marques: demonstra claramente a existência de cartas e mapas feitos pelos chineses e este aspecto, em termos ocidentais, tem sido muito pouco estudado.

(15) *De rebus Emmanuellis gestis*, 11, 1040. A citação é feita, como já referimos, pela edição de Roma dos *Opera omnia* e remete para o livro e a coluna respectivos.

Os vales e planícies intermédias, fortificam-nos os chineses com muralhas tão largas que com facilidade repelem os assaltos dos citas.⁽¹⁶⁾

Outro aspecto comum aos historiadores é a referência às divindades adoradas pelos chineses: um só deus, considerado criador e senhor de tudo; e, com uma certa equivalência aos santos dos católicos, duas personagens femininas, que têm o povo chinês sob a sua protecção, e algumas masculinas, entre as quais sobressai um homem que se distinguiu pelos milagres que praticou em vida. Merece ainda destaque a existência de conventos de frades e freiras, que levam uma vida de grande austeridade, e o culto religioso no qual, na opinião de Damião de Góis

Ha lingoagem em que rezam & fazem estes offícios, nam entende senam quem na studa, que he quomo entre nós, ho Latim.

ou na versão da Fernão Lopes de Castanheda

Nestas varelas morão frades que servem a Deos & celebrão ao pouo os officios diuinos a sua maneyra, & reuestense com ornamentos como quãdo antre nos os sacerdotes dizem a missa, & sam tres & rezão em hum altar por hum liuro escripto em lingoagem que antreles he como antrenos ho latim, porque não a entendem todos.

Neste caso particular, Jerónimo Osório afasta-se um pouco dos seus antecessores ao defender que este género de linguagem se usa nos estudos e não na liturgia e, além disso, alarga a sua comparação à lingua grega

In studiis, genere antiquo sermonis utuntur, imperitiis ignoto, quemadmodum apud nos, qui artium maximarum disciplinis student, linguam Graecam aut Latinam perdiscunt.⁽¹⁷⁾

Nos estudos usam uma linguagem antiga, desconhecida dos ignorantes, tal como entre nós aqueles que se dedicam às artes liberais têm que aprender a língua grega ou a latina.

O tópico anterior permite-nos abordar um outro que é comum aos quatro autores que estamos a apresentar. Trata-se de um elogio claro do povo chinês por já utilizar há muito tempo a impressão de livros. De facto, João de Barros afirma:

terem impressão de letra muito mais antiga que nós;

Castanheda diz que:

se imprimem muytos e bõs liuros;

(16) Fernão Mendes Pinto, no capítulo XCV da *Peregrinação*, também se refere com bastante pormenor a esta famosa muralha.

(17) Osório, *De rebus Emmanuelis gestis*, 11, 1041.

Damião de Góis corrobora que:

tem ha impressam de tanto tempo atras que não ha moria de quando começou entrelles;

e Osório defende a mesma ideia:

In libris describendis et rerum memoria propaganda, aeneis formis uti solent, quarum usus adeo antiquus apud illos est ut, qui primus eam artem excogitarit, ignoretur.

Na impressão de livros e na divulgação da memória dos acontecimentos, costumam usar caracteres de bronze e a sua utilização é tão antiga entre eles que não se sabe quem foi o primeiro a inventar esta arte.

Repare-se que, embora todos apontem para uma única situação, surgem algumas variantes que talvez valha a pena assinalar. Atente-se na comparação que João de Barros estabelece com a tipografia portuguesa – *terem impressão de letra muito mais antiga que nós* – e no elemento, com foros de novidade em relação aos outros autores, introduzido por Jerónimo Osório – *costumam usar caracteres de bronze*. Lembremos, no entanto que estes dois elementos já tinham sido apontados por Osório em 1549, num excerto da sua referência à China no *De gloria*. É este o texto osoriano:

In libris autem scribendis aeneis formis, quae non ita pridem apud nos in usu sunt, illi infinitis prope saeculis utuntur.⁽¹⁸⁾

Ora, na impressão de livros, os caracteres de bronze, que só há pouco se usam entre nós, são usados por eles há tempos quase infinitos.

Desta forma tão sucinta, fornece Osório uma série de informações que, mais tarde, virão a ser retomadas por outros historiadores. Assim, é reconhecida uma clara superioridade chinesa na arte da impressão, nomeadamente através da já longa utilização dos caracteres metálicos e, em contrapartida, surge uma indicação relativa a Portugal, que aponta para um uso, ainda relativamente recente – *non ita pridem apud nos in usu sunt* –, desses mesmos caracteres.

Outro elemento praticamente comum a estes autores é a grande dificuldade existente para os contactos entre a China e o exterior. João de Barros especifica esta ideia apresentando algumas leis chinesas que defendiam:

que sob pena de morte ninguém navegasse para aquellas partes [Índia e que] per terra, nem per mar póde entrar hum só homem no seu Reyno [e, além disso, que] nenhum natural pode navegar pera fóra, e soffre-se alguns que vivem nas Ilhas pegadas na terra firme.

(18) *De gloria*, p. 122-123. As citações do *De gloria*, serão sempre feitas pelo nosso trabalho *D. Jerónimo Osório e o tratado De Gloria. II - Edição crítica*. Coimbra, 1991.

Barros acrescenta ainda que a única maneira de ultrapassar esta dificuldade de entrar na China é apresentar-se como embaixador, ainda que fictício, e por isso os mercadores escolhem sempre um de entre eles para desempenhar essa função.

Por sua vez, Castanheda defende que

el rey tem posta ley em seu reyno que todo homem que for fora da China a outra terra não torne a ela sopena de morte.

Osório prefere insistir na dificuldade que os estrangeiros encontram para entrar na China:

Homines exterios difficillime in urbes suas admittunt, ne moribus externis oblii, ab institutis suis paulatim deducantur.

Aos estrangeiros, é com grande dificuldade que os admitem nas suas cidades para que, ao adaptarem costumes estranhos, não se afastem paulatinamente dos usos pátrios.

São, aliás, este carácter da sociedade chinesa fechada sobre si mesma e esta desconfiança contra os elementos estrangeiros que vão ocasionar a longa demora em receber o embaixador português Tomé Pires e, como consequência da acção desastrosa em terras chinesas de Simão de Andrade, a sua própria morte.

É ainda esta desconfiança, aliada ao conhecimento que os chineses têm da sua própria superioridade em muitos aspectos, que, na expressão de João de Barros, os faz dizer

que elles tem dous olhos de entendimento ácerca de todas as cousas; e nós os da Europa, depois que nos communicáram, temos hum olho, e todas as nações são cegas.

E ficamos até com a impressão que João de Barros partilharia esta opinião, pois, logo de seguida, afirma que todo aquele que reparar na nação chinesa – e aproveita para enumerar uma longa série de aspectos que considera positivos, desde o culto religioso, aos estudos, à aplicação da justiça e às artes manuais, entre outros

haverá que neste Gêntio estão todas as cousas de que são louvados Gregos, e Latinos.

Aliás, Damião de Góis também dá a conhecer a alta consideração que os chineses tinham por si próprios, em passo em que não falta alguma admiração por este povo:

em cousas de arte macanica passam todas as nações do mundo, porque ho perfeito dellas obram com muita destreza, & aho imperfeito dam tais talhos, & cores que parecem terem ha mesma perfeiçam, estimannse em tanto que dizem que ho homẽ que nam he Chim nam he homem.

Há, porém, uma particularidade na tradição política chinesa que só Castanheda se preocupa em referir. Trata-se do sistema usado para a sucessão do rei. Eis o texto:

Os reys da China soyão de ser antigamente por eleyção, & de pouco tempo pera ca herda ho filho primeyro de qualquer de suas mulheres & não das mancebas.

É, certamente, um aspecto que não assume demasiada relevância a não ser como oposição ao sistema generalizado no Ocidente. Serve-nos, no entanto, para apresentar um paralelo com Camões que, quando se refere à China, utiliza, no final, dois elementos emblemáticos: um é a sua famosa muralha; o outro a eleição do rei:

*Olha o muro e o edificio nunca crido
que entre hum imperio e outro se edifica,
certissimo final e conhecido
da potencia real, soberba e rica.
Estes, o Rei que tem, não foi nacido
principe, nem dos pais aos filhos fica;
mas elegend aquele que é famoso
por cavalleiro, sábio e virtuoso.*⁽¹⁹⁾

Estes dois últimos versos de Camões permitem-nos abordar um outro aspecto da civilização chinesa que aparece referenciado por Castanheda e bastante desenvolvido por Osório, sobretudo no *De gloria*.

Estamos a referir-nos à importância que assumem os estudos – *os letrados*, na expressão de Castanheda – para a obtenção de determinados cargos administrativos. Já vimos que, na versão de Camões, o rei tem que ser sábio; Castanheda vai afirmar que variados cargos administrativos e de aplicação da justiça só podem ser ocupados por letrados:

Na justiça que he mór officio do reyno tem tres homens grãdes letrados que se chamão colous: ... & vêm a merecer estes cargos por letras & por bõdade; E estes officios de colous vêmnos a ter homens baixos, que não se olha se não que sejão velhos bõs homens & letrados. & o principal deles he o tutão: ha de ser homem letrado, velho, & bõ homem, Coestes anda outro que se chama ceui, que ha de ser letrado & conhecido por bõ homem.

Repare-se na grande diversidade de cargos que, de acordo com a tradição chinesa, exigem ao candidato um *curriculum* literário.

(19) Camões, *Os Lusíadas*, X, 130 (citamos pela edição de Epifânio Dias).

Em jeito de parênteses, poderemos ainda notar que Damião de Góis, na sua referência à China, chega a apontar a existência de universidades:

Tem vniuersidades, & collegios, em que apprendem Philosophia, Mathematicas, Astrologia, Artes liberaes, Leis, Medicina, & Theologia, segundo sua crença, no que em tudo ha homes muim doctos.

mas, alguns anos mais tarde, Frei Gaspar da Cruz vem negar substancialmente o conteúdo desta afirmação e vai restringir as áreas de estudo apenas aos *estudos reais das leys do reyno*:

E inda que ouue algũs Portugueses que quizeram dizer sem certeza que os Chinas aprendiam philosophia natural, ha verdade he que nam ha nella outros estudos nem escolas gerais nem particulares, senam soo os estudos reais das leys do reyno. Verdade he que se acha algũ por acerto que tem algũa noticia dos discursos dos ceos, por onde sabem os eclipses do sol e da lua. Mas estes se ho sabem por algũas escrituras que se acham antrelles, insimam no a algũ, ou algũs em particular, mas nam ha disto escolas.⁽²⁰⁾

Fechemos, no entanto, este breve parênteses e voltemos a debruçarmo-nos sobre a obra de Osório para verificar que o futuro bispo do Algarve insiste igualmente neste tópico da utilidade prática da cultura literária e, embora o trate com particular cuidado no *De gloria*, não deixa também de o aflorar por diversas vezes e sob diversos ângulos no *De rebus Emmanuelis gestis...* Assim, nesta última obra, afirma:

Litteris operam dant; qui in illis maximos progressus habent, maximis honoribus afficiuntur.

Entregam-se ao estudo das letras e os que alcançam maiores progressos são presenteados com as maiores honras.

e, um pouco mais adiante, volta a insistir na mesma ideia, agora aplicada ao estudo do direito civil:

Qui iuri ciuili student, in magno honore sunt.

Os que se dedicam ao direito civil, são tidos em grande consideração.

Finalmente, ao apresentar a sociedade chinesa dividida em três grandes grupos, à maneira da cidade ideal defendida por Platão na *República*⁽²¹⁾, esta ideia volta a aparecer:

(20) Frei Gaspar da Cruz, *Tractado em que se contam muito por extenso as cousas da China com suas particularidades, e assi do reyno de Ormuz*. Barcelos, 1937, p. 95.

(21) Trata-se, naturalmente, de uma síntese das ideias defendidas por Platão em *República*, 473 d e.

Respublica in tres partes est distributa. Principatum ii, qui in disciplinis et iuris studio ualde profecerunt, obtinent.

O estado está dividido em três classes. O poder obtêm-no os que tiveram bom aproveitamento no estudo e na aprendizagem do direito.

Osório aproveita este texto para apresentar, em simultâneo, duas das suas ideias mestras e que nos aparecem repetidas praticamente ao longo de toda a sua obra: por um lado, serve-se da sociedade chinesa para realçar a importância vital dos estudos literários, neste caso concreto considerados em sentido lato; por outro, não deixa de introduzir um elemento de que gostava de modo particular – a necessidade de enquadrar o exercício dos principais cargos governativos por um sistema filosófico, nomeadamente o sistema platónico⁽²²⁾.

Esta referência a Platão, que nos parece inquestionável no texto acima transcrito, surge ainda com muito maior clareza no texto do *De gloria*, pois nesta obra um dos três intervenientes⁽²³⁾ no diálogo, Jean Matal, chega mesmo a invocar de forma explícita o testemunho do fundador da Academia.

Hic Mettelus: – Si uerum est, inquit, quod asserit Plato, nempe eam rempublicam beatam fore quae se philosophis regendam tradiderit, Sinae beati putandi sunt.

Nessa altura interrompe Metelo: Se é verdadeira a afirmação de Platão de que há-de ser feliz a República que se entregar à governação dos filósofos, os chineses devem ser considerados felizes.

Mas o que terá levado Jean Matal a proferir estas palavras, quando se sabe que o seu papel nesta obra é quase sempre de espectador?

Foi precisamente uma pequena digressão de Osório, no final do livro terceiro do *De gloria*. Aí, após um breve enquadramento geográfico da China, o humanista afirma que este território serviu de limite extremo às navegações portuguesas. De seguida começa a apresentar algumas características desta nação, remetendo as suas fontes de informação para os portugueses que mantiveram relações comerciais com os

(22) Que Osório tinha uma preferência especial por Platão é um facto bem conhecido. Na verdade, admirava de tal modo a obra deste filósofo, ao lado da de Cícero e das Sagradas Escrituras que, segundo informações da *Vita*, escrita por seu sobrinho e publicada pela primeira vez em 1592, eram estes os seus livros de cabeceira e de viagem. Sobre este assunto, veja-se, por exemplo, o nosso trabalho *D. Jerónimo Osório e o tratado De gloria. I - Estudo*. Coimbra, 1991.

(23) Os outros são o espanhol Antonio Agustín e o próprio Osório.

chineses⁽²⁴⁾. As características que vão sendo apresentadas apontam claramente para a superioridade do povo chinês

Aiunt uix esse ullam nationem siue urbium magnitudine siue aedificiorum pulchritudine, siue uictu cultuque ciuili, siue flagranti artium studio cum Sinarum natione comparandam.

Afirmam que dificilmente haverá algum povo que na grandeza das suas cidades ou na beleza dos seus edifícios, ou no nível de vida e de cultura, ou no amor ardente às artes, possa ser comparado à nação chinesa.

É este amor ardente às artes e à cultura que Osório vai passar a desenvolver ao sublinhar a importância que ele assumia na civilização chinesa:

Tantumque ferunt apud illos tribui disciplinis ut non sit ullo modo fas summum imperium committi, nisi illi qui se probauerit esse omni disciplina cumulatam. Nec enim in mandandis honoribus aut generis aut fortunae rationem habent, sed tantum disciplinae.

E dizem que entre eles se dá tamanha importância à instrução que de modo algum é lícito confiar o supremo poder senão a quem tiver demonstrado possuir um domínio perfeito da cultura. E, na atribuição de cargos, não tomam em consideração o nascimento ou a fortuna, mas unicamente a instrução.

Este modo de pensar vai implicar que as pessoas interessadas em fazer carreira político-administrativa tenham que se dedicar profundamente aos estudos e que se sujeitar a uma longa série de exames cada vez mais difíceis. A importância dos cargos públicos que vão ser atribuídos vai ser directamente proporcional à dificuldade do exame que lhes dá acesso.

E Osório termina, antes da já citada intervenção de Metelo:

Pauci autem sunt qui per omnes doctrinae gradus ad amplissimum locum ascendant, cum multos praestans uis naturae non paucos fortunae deficiant. Hi tamen pauci summum imperium administrant, in summo rerum fastigio collocati.

São, porém, poucos aqueles que, através de todos os degraus da instrução, ascendem ao posto mais elevado, muitos por falta de recursos naturais e não poucos de bens da fortuna. Contudo, estes poucos detêm o poder supremo e estão colocados nos cargos mais altos da política.

Esta admiração que Osório tem vindo a manifestar pelos chineses e pelos seus costumes vai ficar ligeiramente atenuada pela resposta dada a Metelo. Aí defende a

(24) É perfeitamente natural que Osório tenha obtido estas informações dos próprios comerciantes e, como hoje se diria, quase em primeira mão, dado que mantinha uma relação muito estreita com a corte portuguesa, nomeadamente com o seu protector o príncipe D. Luís a quem, em 1542, tinha dedicado a primeira edição do seu tratado *De Nobilitate*, tal como agora, 1549, vinha dedicar a edição *princeps* do *De gloria* ao próprio rei, D. João III.

existência de graves erros no sistema filosófico e científico apresentado e, conseqüentemente, a necessidade de não ter tão grande consideração pelo povo chinês .

A generalidade dos dados que tivemos oportunidade de considerar remetem-nos para um sentimento de admiração quase unânime pelo povo chinês, em que se reconhece, nomeadamente, uma clara superioridade deste povo em termos técnicos e na aplicação de justiça.

Este sentimento de admiração é tanto mais de realçar quanto é apresentado por autores portugueses numa altura em que, graças à grande epopeia dos descobrimentos, a generalidade destas obras procurava pôr em evidência perante o mundo as façanhas do povo lusíada e reinava entre o povo português um nítido espírito de superioridade nacional.

Mas a admiração aparece de algum modo misturada com o espanto, ocasionado pelo sistema de quase reclusão a que a China se tinha votado por vontade própria.

E se quiséssemos reexaminar, à luz dos acontecimentos da actualidade, as principais linhas de força apontadas pelos portugueses de quinhentos em relação à China, facilmente chegaríamos à conclusão que o seu avanço tecnológico de alguma maneira se perdeu e que aplicação da justiça e o acesso aos cargos político-administrativos estão profundamente alterados mas, por outro lado, reconheceríamos também que esta nação continua a defender o seu isolamento e a manter um repúdio quase completo pelos costumes e maneira de pensar dos outros povos, mesmo quando se trata de direitos fundamentais da pessoa humana, como ainda recentemente ficou demonstrado nos trágicos acontecimentos da praça de Tiananmen.